

ATA DA 097ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Registramos a presença dos alunos do curso de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina, do município de São Miguel d'Oeste.

Sejam todos bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, estudantes de Direito que nos dão a honra de sua visita, quero fazer alguns registros que entendo muito importantes.

Ontem foi um dia muito triste para aqueles que lutaram por mais de 20 anos pela duplicação da BR-101. Muitas pessoas me disseram para ir para casa dormir, que estava incomodando os outros e que tinha que parar de trancar a BR-101, mas eu fazia de conta que não estava ouvindo nada e continuava na luta. Trancamos a BR-101 muitas vezes em horário de pico, inclusive das 6h às 16h. Foi um caos, mas era o único instrumento que tínhamos para convencer o governo federal que aquela rodovia tinha que ser duplicada.

Certa vez, sr. presidente, fechamos um trecho em Maracajá. Era a época em que nos finais de semana havia um horário especial para os caminhões trafegarem. Então, cheguei num posto em Maracajá onde havia aproximadamente cem caminhões parados e as esposas dos caminhoneiros conversaram comigo dizendo que moravam em Sombrio, em Jacinto Machado e estavam ali trancados. Perguntaram-me se eu achava justo estarem ali presos, sem poderem ir para casa. Quer dizer, quem trabalhava estava ali parado e quem estava de férias podia passear! Eu disse que não era justo de jeito nenhum! Perguntei quem tinha coragem para começar um movimento. Aí um motorista magrelinho disse que topava. Não demorou muito e outros aderiram. Resultado: atravessamos os caminhões na pista e trancamos tudo! Foi um transtorno só.

Não havia sido convocada a imprensa, era um negócio somente para chamar a atenção das autoridades. Aí chegou um promotor de Porto Alegre e perguntou o seguinte: "Quem é o irresponsável por isso? Quem está fazendo isso?" Ninguém respondia, mas depois de um tempo uma senhora disse: "É aquele moço lá!" Aí o promotor veio com tudo e disse o seguinte: "Eu poderia prendê-lo aqui, porque o senhor está sendo um irresponsável". Eu olhei para ele e perguntei-lhe de onde era e ele me respondeu que era do Rio Grande do Sul. Eu perguntei o que fazia e ele me disse que era promotor. Então, eu perguntei-lhe: "O senhor sabe onde é que o senhor manda? No lado de lá, aqui o senhor não manda em nada! E vá-se retirando. Os motoristas ficaram com coragem e disseram: "Vamos, deputado!" Eu disse: "Não, calma aí." Porque já queriam bater no promotor.

Então, é a história de uma luta de alguém que travou uma luta e que até responde a quatro processos na Polícia Federal.

Muitos prometeram fazer a obra, mas quem entregou a ordem de serviço em Palhoça foi Luiz Inácio Lula da Silva. Ele não conseguiu concluir a obra e não sei se a presidente Dilma vai conseguir!

Agora, o superintendente do DNIT disse-me assim: "Deputado Manoel Mota, v.exa. que gosta de fechar estradas, nos ajude a fazer a quarta pista lá em cima do Morro dos Cavalos, até fazermos o túnel".

Srs. deputados, não são os índios, eles concordam, é a Funai que não deixa! O que a Funai quer? Quer dinheiro? A Funai está sendo irresponsável porque são muitos os acidentes que ocorrem ali, com mortes. Já houve 110 acidentes naquele local, com oito mortes. Quem é que vai pagar a vida daquelas pessoas? Não há dinheiro que pague a vida dessas pessoas! Mas a Funai não abre mão. Ali só havia duas casas de índio. O que fizeram? Importaram índios do Paraguai, do Uruguai. Para quê? Para faturar dinheiro? E a vida das pessoas como é que fica? Eles argumentam que não podem fazer o túnel porque as mulheres dos índios, grávidas, não podem passar por ali porque podem ter problema. Aqui no Morro do Mocotó não há problemas, as mulheres podem passar embaixo porque elas são brancas. Aí não há problema.

Está no jornal que o motorista do ônibus acidentado é um herói, pois salvou várias vidas. Só que ele morreu! Um herói morto, o que vai fazer? Não adianta nada! Se não fosse o ônibus, ele levaria quantos automóveis pela frente? Quantos iriam morrer ali? Quer dizer, morreu o motorista do ônibus. Poderia ter jogado lá embaixo, não jogou, garantiu a vida dos outros que estavam atrás.

Então, é preciso que o governo deste país tenha mais força, faça valer aquilo que é um direito constitucional, faça fazer valer o direito à vida.

Na China, quando há uma obra importante, eles não perguntam quem é que está na frente, vão fazendo e pronto! Aqui no Brasil, não! Aqui, cai um pingo d'água, já não pode mais mexer. Nasce uma flor e ali não pode mais mexer. E quem é que vai recuperar uma vida? Uma vida é uma vida, não tem nada no mundo que pague isso! Não há dinheiro no mundo que pague uma vida!

Então, é preciso, sim, muito mais responsabilidade nas ações.

Ontem vi, através da imprensa, todo mundo chamando a atenção. Conquistamos a obra da serra do Faxinal há cinco anos - fizemos 8km. Aí uma procuradora da República entrou com uma ação porque a obra iria matar um casal de pererecas que estão em extinção. Hoje há milhões de pererecas lá. E aí o que aconteceu? Agora saiu a licença, só que a obra custará R\$ 27 milhões a mais. Quem é que vai pagar essa conta? O povo brasileiro!

É por isso que estamos vivendo um momento de muita reflexão. Quem paga a conta é o povo brasileiro! Agora serão R\$ 27 milhões a mais! Ela já entrou com uma ação contra o deputado Manoel Mota, não sei quem lhe enviou o meu pronunciamento. Mas estou entrando com outra ação contra ela, e ela vai ter que explicar os R\$ 27 milhões a mais, porque é a sociedade quem vai pagar essa conta!

Não precisamos ter medo de nada. Estou no sexto mandato nesta Casa e nunca tive medo de enfrentar as coisas de frente, deputado Sargento Amauri Soares! Fechamos o pedágio por cinco vezes para não deixar que roubassem o dinheiro do povo. Atualmente ele está fechado. Por quê? Porque eles não cumpriram nada. Abriram o pedágio lá sem que a estrada estivesse pronta. Levaram milhões e agora ele está fechado porque não cumpriram o que assumiram.

É preciso que haja neste país mais ação, mais decisão, senão vamos continuar perdendo vidas! E a BR-101 é um espelho de tudo isso. São vidas e mais vidas que se perdem lá, lamentavelmente.

Eu, nos próximos dias, vou reunir-me - e convido os parlamentares para participar - e provavelmente haverá uma decisão para o Morro dos Cavalos. E qual será a decisão? Nós vamos nos mobilizar, vamos parar aquele negócio e vamos decidir! Ou fazem ou não vai passar mais ninguém! Eu acho que é preciso haver coragem e decisão. E nós vamos fazer a mobilização com muita coragem, garra, determinação e responsabilidade. E com certeza, em nome do direito à vida, nós vamos

tomar medidas duras, radicais e buscar uma solução para o Morro dos Cavalos.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar o presidente desta Casa e os companheiros deputados.

É importante registrar, deputado Neodi Saretta e deputada Ana Paula Lima, do Partido dos Trabalhadores, a liberação de R\$ 409 milhões oriundos do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - para pavimentações em Santa Catarina.

E aí, deputado Gelson Merisio, presidente do PSD, o Cesinha deve estar feliz da vida, pois serão R\$ 90 milhões para aplicar em recuperação de estradas na cidade de Florianópolis! Então, ao nosso amigo Cesinha, aquele abraço! Esperamos que ele aplique bem esses recursos, sempre enaltecendo o aspecto republicano da nossa presidente da República, que olha com muito carinho para Santa Catarina.

Outra coisa importante para registrar é que foi antecipado o pagamento do Bolsa Família para os municípios que foram atingidos pelas enchentes no decorrer dos últimos 60 dias.

Isso demonstra mais uma vez a preocupação em atender aquelas famílias que por um capricho do destino climático, diria, acabaram sendo afetados pelas enchentes, principalmente no alto vale, inclusive a cidade de Rio do Sul, que foi uma das mais afetadas.

Deputado Joares Ponticelli, não podemos mais deixar de tomar uma posição nesta Casa em relação ao voto secreto. O projeto de lei está na comissão de Justiça, deputado Mauro de Nadal, além do tempo regimental. Esperamos que na semana que vem cumpramos o Regimento Interno colocando-o em votação no plenário. Não é porque a comissão de Justiça do Senado está empurrando o projeto com a barriga que vamos fazer o mesmo aqui. Quem for

contra, que vote contra, quem for a favor, que vote a favor.

Então, estamos aqui pedindo que se cumpra o Regimento desta Casa e na próxima semana o Plenário decida definitivamente essa questão, porque o voto secreto é uma excrecência da democracia, é uma forma de esconder o voto, de burlar a transparência, de enganar o povo que nos elegeu.

Já encaminhamos ao presidente desta Casa a solicitação para que se cumpra o Regimento Interno, porque o deputado José Nei Ascari já deu o seu parecer favorável. Por isso quero parabenizá-lo e registrar que o processo agora está nas mãos do deputado Aldo Schneider, líder do governo.

Esperamos que na terça-feira, na reunião da comissão de Justiça, o deputado Mauro de Nadal dê o seu parecer, para que resolvamos definitivamente essa questão em plenário.

Outra coisa que é importante registrar é que nesta Casa há cinco profissionais médicos. Anteontem, a presidente Dilma Rousseff entregou a documentação aos primeiros médicos estrangeiros, principalmente cubanos, que vieram trabalhar no país. A presidente entregou ao dr. Ramires, um médico cubano, o primeiro registro concedido pelo ministério da Saúde - anteriormente quem fazia isso era o Conselho Federal de Medicina - para clinicar no Brasil.

Na semana passada, um programa na televisão fez uma avaliação da atuação dos médicos estrangeiros que estão trabalhando no Brasil: há portugueses e argentinos fazendo um belo trabalho numa favela no interior da Bahia. Pôde-se mesmo perceber que o maior sectarismo, o maior preconceito é com relação aos médicos cubanos.

Mais uma vez quero aqui reafirmar que por mais dificuldades que se tenha nas condições de trabalho, um médico bem formado, com boa percepção de medicina de família, pode salvar a vida de muita gente sem precisar de um ambulatório médico. Ele, com um bom estetoscópio e uma boa capacidade de diagnóstico, pode salvar muitas vidas, seja

encaminhando os casos mais graves para os serviços mais próximos, mas principalmente fazendo uma medicina preventiva efetiva, com um programa de educação para a saúde. E nisso não há ninguém melhor do que os cubanos, haja vista que a mortalidade infantil em Cuba é menor do que a dos Estados Unidos e $\frac{1}{4}$ da mortalidade brasileira para mil nascidos vivos. A expectativa de vida do povo cubano é de seis anos a mais do que a brasileira. Os programas de prevenção de câncer em Cuba são infinitamente melhores que os nossos; os de vacinação também. Os programas de neonatologia, de pré-natal, são infinitamente superiores aos nossos.

Por isso a presidente Dilma pediu desculpas àquele médico que, quando chegou ao Brasil, foi recebido com vaias e chamado de escravo pelos médicos de Pernambuco. No Rio Grande do Norte chegaram a dizer que as médicas cubanas pareciam empregadas domésticas.

Quero dizer, entretanto, que, como médico, defendo a carreira de estado, só que não dá para fazer isso do dia para a noite. Você tem que consolidar esse programa nacional com previsão orçamentária e tudo mais.

Se o senador Aécio Neves defende a carreira de estado, por que em Minas Gerais o seu governador não implanta esse modelo? Por que em São Paulo o governador Geraldo Alckmin não implementa esse tipo de carreira para os médicos?

Você pode fazer uma carreira de estado, não precisa ser uma carreira do estado brasileiro. Os governadores podem implementá-la em suas unidades da federação! Por que em Santa Catarina o governador Raimundo Colombo não implanta a carreira de estado?

Eu defendo a carreira de estado para o médico numa lógica de que primeiro precisamos constituir a concepção de medicina que se quer neste país, para depois consolidar novos enfoques para as universidades públicas atenderem à sociedade brasileira. A partir daí, sim, poderemos começar a construir uma carreira de estado com uma nova concepção de formação profissional, inclusive nas

escolas brasileiras. E agora, felizmente, com os *royalties* do pré-sal, mais investimentos em educação e saúde virão e com isso poderemos pensar num processo mais amplo do ponto de vista de uma carreira de estado para os profissionais de saúde como um todo e não apenas para os médicos.

É verdade que faltam médicos no Brasil, e não adianta dizer que não faltam, porque faltam. A Organização Mundial de Saúde define que para instituir programas preventivos com ações junto às famílias é preciso ter, no mínimo, 2,3 médicos para cada mil habitantes. O Brasil tem 1,8 médicos por cada mil habitantes, sendo que estão concentrados principalmente no litoral e nas grandes cidades.

Por isso, quero cumprimentar a nossa presidenta Dilma, que em breve estará em Santa Catarina para assinar a ordem de serviço de uma série de obras, inclusive a das barragens de contenção das cheias que afetam principalmente a nossa região e a querida cidade de Blumenau.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Concedo a palavra, por até dez minutos, ao sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada e aqueles que nos acompanham nesta sessão de quinta-feira.

Quero somar-me em parte ao discurso do deputado Jailson Lima, quando s.exa. ressaltou a firmeza da iniciativa da presidenta Dilma Rousseff na questão do programa Mais Médicos, especialmente quanto à vinda dos médicos estrangeiros.

Repito aqui o que já disse no passado, que aqueles que estão à frente das manifestações contrárias ao programa Mais Médicos deveriam fazer uma profunda autocrítica e pedir desculpas à sociedade brasileira, porque, historicamente, muitos dos influentes no poder político em nosso país e nos estados não fizeram o suficiente e muitas vezes trabalharam contra a necessidade da

população brasileira em termos de saúde, deputado Jailson Lima.

Então, somo-me a v.exa. neste aspecto de ressaltar o programa Mais Médicos e a firmeza da Presidência da República nesse sentido. Pois aqueles que são contra, reafirmo, deveriam pedir desculpas pelo que não fizeram ao longo da história. Eles têm uma concepção elitista, que trata a medicina como mais uma forma de enriquecimento, lógica que por si só não permite, evidentemente, resolver os principais problemas de saúde em qualquer sociedade. Já em Cuba não subsiste essa lógica monetarista e não existe a cobrança de nenhum serviço, de nenhum medicamento na sociedade cubana. É por isto que lá as coisas funcionam, é por isto que lá todas as pessoas são atendidas com dignidade, posto que a medicina tem um conceito humanitário e não meramente monetarista e de lucro.

É preciso que a presidenta Dilma Rousseff avance nesse sentido, inclusive debatendo a questão da indústria farmacêutica que, em nosso modo de ver, precisa ser nacionalizada e tornada pública, para que também deixemos de ser reféns. Hoje, a indústria farmacêutica nos impõe a lógica de formação médica baseada apenas em equipamentos e em exames. Essa tem sido a lógica que tem norteado as universidades e as faculdades de Medicina. E digo isso com todo o respeito a todos os médicos e academias de Medicina pelo trabalho que desenvolvem.

Quero manifestar, ao mesmo tempo, que discordo de parte de seu discurso, porque sou contra o poder do estado, contra a carreira de estado para os médicos, assim como fui contra a dos oficiais de polícia, dos bombeiros e dos delegados de polícia. Por quê? Porque se está construindo uma nova nobreza neste país, país que, na verdade, nunca chegou a ser uma república. Refiro-me à casta de funcionários, de categorias, de segmentos, que se consideram acima dos simples mortais, o que, na minha avaliação, não é correto.

Mas critiquei aqui a presidenta Dilma Rousseff na terça-feira por conta do leilão do campo de

Libra do pré-sal. Deixei de dizer que lamentei, que fiquei entristecido com o uso das forças armadas - Exército Brasileiro e Marinha do Brasil - para impedir que os manifestantes chegassem perto do local onde estava sendo vendido um pedaço do Brasil. Devo dizer, inclusive, que o Exército Brasileiro deu o seu grito de dependência ou morte em 1964. Não foi de independência o grito, foi de dependência. Então, é evidente que esse Exército se prestou a defender a venda de mais um pedaço do patrimônio nacional. O que me entristece é ver que recebeu a ordem justamente da presidenta Dilma Rousseff, pois há dez ou 15 anos qualquer um de nós apostaria que isso nunca aconteceria.

Mas quero falar também, srs. deputados, da Medida Provisória n. 0192/2012, que foi aprovada na semana passada nesta Casa sob vaias de uma centena de trabalhadores, pois institui uma situação de injustiça dentro da saúde pública do estado, uma vez que trata os médicos de forma diferente do que os demais servidores da saúde: enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas e técnicos de enfermagem, como se pudéssemos fazer saúde apenas com o médico, sem as demais questões e dinâmicas.

Tenho acompanhado as declarações dos governantes dizendo que vão construir um hospital em Palhoça e que o hospital de Biguaçu já está quase pronto. Entretanto, há centenas de leitos fechados nos hospitais já existentes na Grande Florianópolis por falta de funcionários, por má condição da estrutura física. Aliás, o Hospital Florianópolis está em reforma há quatro anos e só vai funcionar quando puder ser vendido.

A Medida Provisória n. 0192/2013 discrimina os servidores da mesma secretaria de estado, o que já é um problema grave, mas, além disso, institui uma lógica perigosa na saúde pública, a lógica produtivista, que se rege pela quantidade de procedimentos realizados. Para que um médico ou um gestor ganhar possam ganhar bem terão que instituir uma determinada quantidade de procedimentos. Se o procedimento efetivamente existiu, isso é outro detalhe.

Já citei aqui o fato de um cidadão catarinense que foi atendido seis vezes na emergência do Hospital Regional de São José, que fica a 15km desta Casa, no mesmo dia! Cada médico que passou no plantão de 24 horas fez de conta que o atendeu de novo. Isso não aconteceu por acidente. O mentor intelectual da MP n. 0192 sugeriu dessa forma.

Então, essa medida provisória é muito ruim, é produtivista. Além do que, não há estrutura física, os leitos estão fechados, as pessoas estão amontoadas. Está-se cortando, costurando e mandando embora. O resultado é que os cortes das cirurgias estão-se abrindo antes mesmo que os pacientes cheguem em casa. É preciso pensar na qualidade e no respeito aos pacientes e servidores.

Quero comentar ainda acerca do ato realizado ontem à noite, no Hospital Florianópolis, na área continental da capital, contra a privatização daquela instituição de saúde, porque o governo do estado decidiu entrega-la para uma empresa privada administrar com dinheiro público, evidentemente. O representante dessa organização social esteve na tribuna e afirmou que eles eram uma empresa, a Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, que já administrava o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu - e o hospital de Araranguá.

Chamamos de novo todos os vereadores de Araranguá, de todos os partidos, sem exceção, e perguntamos a eles como funcionava o hospital do município, como a população de Araranguá estava sendo tratada pela SPDM. O que eles disseram? Vieram aqui pedir que a Assembleia Legislativa os socorresse dessa empresa. Contudo, o governo do estado quer entregar o Hospital Florianópolis justamente para a SPDM.

O governador do estado precisa refletir a respeito disso e mudar de rumo. E todos nós precisamos refletir sobre outra questão, que é a Lei Federal n. 101, porque o argumento de entregar pedaços de setores do estado para a iniciativa privada se baseia na proibição justamente da Lei de Responsabilidade Fiscal de contratar mais

servidores públicos. Essa lei, que impede que o estado administre o serviço público, permite que se use o dinheiro público para que um grupo privado faça um terço ou menos do serviço que seria realizado pelo setor público.

Essa questão de fazer menos com a mesma quantidade de dinheiro nós vamos provar - outro dia falarei a respeito disso -, trazendo dados e números da licitação do governo, que diz que irão ganhar mais dinheiro para fazer menos para a sociedade catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de registrar, com satisfação, a visita da delegação da Associação de Basquete de Luzerna, Joaçaba e Herval d'Oeste, que está aqui para as finais do Campeonato Estadual de Basquete Sub-17.

Estão presentes a presidente Nívea e os seguintes atletas: Alan, Arthur, Gabriel, Jackson, Jeferson, Vitor, Wilson, Wilson Bruno, Wilson Júnior. Também acompanham a delegação a Maria Clara, a Marina Moreira e o assessor Jair, que também faz parte da associação.

Sejam bem-vindos ao Parlamento! Desejo-lhes sorte nas finais do campeonato que acontecerá em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Quero aproveitar para registrar a presença do prefeito Rodrigo Preis, de Rio do Campo, onde tivemos uma audiência pública da comissão de Justiça, na semana passada, para tratar da continuidade do projeto que liga Santa Terezinha a Itaiópolis. O prefeito de Santa Terezinha, Valdecir Ferenss, e o prefeito Rodrigo Preis foram os grandes protagonistas dos encaminhamentos.

Por isso, seja bem-vindo, Rodrigo, como também o vereador Nazareno Corrêa, do PT de Capivari de Baixo.

O Sr. Deputado Altair Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito de Cordilheira Alta, Vilson Maggioni, nesta sessão. Seja bem-vindo, prefeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Seja bem-vindo, sr. prefeito!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar os telespectadores da TV Assembleia Legislativa e aproveitar esta manhã para dizer que o município de Chapecó, cidade pela qual fui adotado aos 19 anos, muito tem crescido, tanto econômica como em termos de população, transformando-se num polo universitário, em referência no agronegócio e numa capital de eventos, onde muitas feiras são realizadas.

O grande oeste nasceu com a ida dos imigrantes para a região entre 1917 e 1920. Chegaram pessoas Vieram imigrantes do Rio Grande do Sul para realizar os seus sonhos e construir seus projetos. Posso citar alguns, entre eles Auri Bodanese, Atilio Fontana, Plínio de Nês e Saul Brandalise, que foram os grandes precursores do agronegócio de Santa Catarina, montando uma indústria que hoje é referência nacional. Esse foi um projeto que realmente revolucionou a economia de Santa Catarina.

Foram fundadas em Chapecó muitas entidades da sociedade civil, como a Associação Comercial e Industrial de Chapecó e a Sociedade Amigos de Chapecó, que trabalharam muito em grandes projetos voltados para o desenvolvimento da cidade. Segundo depoimento do grande líder empresarial Antônio Rebelatto, a BR-282 foi a obra mais sonhada, porque se acreditava que quando estivesse completamente concluída, aí, sim, teríamos uma

ligação efetiva com os demais polos econômicos do estado e do país, com os portos, ou seja, teríamos a solução para a logística do grande oeste.

Passaram-se os anos, a economia cresceu, os empreendimentos se multiplicaram, a produção também e hoje a duplicação da BR-282 é uma demanda urgente não somente em termos econômicos, mas humanos, porque essa estrada é a nova BR-101 de poucos anos atrás. O tráfego, o movimento do transporte de cargas na direção do porto de Itajaí é uma constante, principalmente o transporte de suínos, de aves, de ração, de contêineres. É um desafio muito grande, porque atualmente a BR-282 ceifa vida diariamente.

Então, fazemos um apelo aos governos estadual e federal em prol de todos os municípios do grande oeste, para que tenhamos o nosso segundo sonho realizado, a duplicação da BR-282. Isso sem esquecer as ferrovias, sonho antigo dos oestinos.

Há poucos dias a senadora Kátia Abreu esteve em Chapecó fazendo uma palestra na Faesc, da qual participei representando a Assembleia Legislativa.

Na sua apresentação acerca dos projetos das ferrovias nacionais, fiquei muito triste porque descobri que ainda estamos na fase da ideia. O projeto ainda não está pronto. Então, estamos muito atrás de regiões que foram, inclusive, colonizadas pelo povo do sul - Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A cidade de Rondonópolis já possui uma ligação ferroviária até o porto de Santos. Evidentemente que isso faz com que a economia daquela região dê um grande salto.

Por isso, precisamos que o grande oeste de Santa Catarina, além da duplicação da BR-282, tenha a Ferrovia da Integração, que depois poderá transformar-se na Ferrovia Bioceânica. Mas precisamos também da Ferrovia do Milho para levar àquela região de Santa Catarina e ao noroeste do Rio Grande do Sul o insumo necessário ao agronegócio.

O centro-oeste é o responsável pela maior produção de milho do país e nós, do sul, somos o maior consumidor. Santa Catarina importa de outros estados mais de 60% da sua necessidade de milho.

Portanto, a ferrovia que liga o centro-oeste ao oeste de Santa Catarina e ao noroeste do Rio Grande do Sul também é um grande desafio a vencer!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, a minha fala no dia hoje, sr. presidente, dentro do horário do nosso partido, destina-se a destacar um grande evento ocorrido na última segunda-feira, 21 de outubro: a realização, pelo governo brasileiro, do primeiro leilão sob o regime de partilha da era do petróleo do pré-sal.

(Passa a ler.)

"O pré-sal é uma riqueza extraordinária, descoberta durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que elevará o Brasil à condição de um dos maiores produtores de petróleo do mundo. Os recursos advindos dessa riqueza serão investidos na educação e na saúde, conforme aprovado pelo Congresso Nacional.

O primeiro grande campo de petróleo das reservas recém-descobertas do pré-sal brasileiro tem o nome de Libra, o signo do zodíaco representado por uma balança, símbolo universal da justiça e do equilíbrio.

Nós ouvimos muitas informações equivocadas na imprensa nacional sobre o leilão de Libra, críticas de que a nova legislação brasileira elaborada durante o governo Lula é muito estatista, afastando as grandes empresas petrolíferas, especialmente as americanas, de investimentos no Brasil.

Mas quero dizer, srs. parlamentares e público catarinense, que este é realmente o ponto central desse debate: o presidente Lula e a então ministra de Minas e Energia, depois chefe da Casa Civil,

Dilma Rousseff, hoje presidenta da República, construíram um marco regulatório para proteger essa riqueza nacional: o regime de partilha, que substituiu o regime de concessão da era Fernando Henrique Cardoso.

Para nós, do PT, a crítica da imprensa é, na verdade, o grande valor da legislação brasileira que garante essa riqueza para os brasileiros e para as brasileiras.

Mas vamos ao que interessa: quanto o Brasil vai ganhar com a exploração e venda do petróleo do campo de Libra? Essa é a resposta que todos querem receber.

Segundo o ministério de Minas e Energia, o Brasil ficará com 85% de toda a renda gerada, sendo que 75% na forma de impostos, *royalties* e óleo-governo, e mais 10% via Petrobras. O custo para explorar o campo de Libra, segundo dados oficiais, deve ficar em mais de R\$ 400 bilhões. Por isso a necessidade de investimentos internacionais, que no caso de Libra virão da China e de empresas europeias, que ficarão com 15% das riquezas desse campo. O Brasil não tinha condições, neste momento, de fazer um investimento desse porte para explorar essa riqueza que é nossa.

Libra vai gerar milhões de empregos, injetar bilhões de dólares em nossa economia e fazer-nos dar um salto tecnológico. Se somarmos esses ganhos ao dinheiro que será investido em educação e saúde, não há como deixar de ver o leilão de Libra como um marco importante na história econômica do país.

Hoje o Brasil produz 2,1 milhões de barris de petróleo por dia. O campo de Libra vai alcançar, no seu pico de produção, 1,4 milhão de barris de óleo/dia. Ou seja, daqui a uma década, Libra pode representar, sozinha, 67% de toda produção atual de petróleo do Brasil.

Em pronunciamento em rede nacional, depois do leilão, a presidenta Dilma Rousseff fustigou, com números, o pessimismo vaporizado em torno do pré-sal. 'Libra dará ao estado brasileiro mais de R\$ 1 trilhão', disse a presidenta, e lembrou que a

maior parte dessa riqueza tem destino certo: todo o dinheiro dos *royalties* e metade do excedente em óleo, no valor de R\$ 736 bilhões, serão investidos 75% em educação e 25% em saúde', reiterou Dilma Rousseff.

Mas não param por aí os benefícios sociais diretos de Libra, porque o restante dos rendimentos do Fundo Social, no valor de R\$ 368 bilhões, será aplicado, obrigatoriamente, no combate à pobreza e em projetos de desenvolvimento da cultura, esporte, ciência e tecnologia, meio ambiente e mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Bastaria a aplicação correta desses recursos para Libra produzir, nos próximos anos, uma pequena revolução benéfica e transformadora em nosso país. Mas há ainda muitos outros benefícios que esse mega campo irá trazer. A política que traçamos exige que as plataformas para a produção de petróleo do pré-sal tenham elevado conteúdo de fabricação nacional.

Disse ainda a nossa presidenta Dilma Rousseff: 'Por tudo isso, o leilão de Libra representa um marco na história do Brasil. Seu sucesso vai repetir-se, com certeza, nas futuras licitações do pré-sal. Começamos a transformar uma riqueza finita, que é o petróleo, em um tesouro indestrutível, que é a educação de alta qualidade. Estamos transformando o pré-sal em nosso passaporte para uma sociedade futura mais justa e com melhor distribuição de renda. A batida do martelo do leilão de Libra hoje foi também a batida na porta de um grande futuro que se abre para nós, para nossos filhos e para nossos netos'.

Por isso, sr. presidente, creio que o Brasil está no rumo certo. As críticas da grande mídia nacional provam que o governo da nossa presidenta está agindo corretamente. Falo isso porque grande parte dessa mesma mídia continua a servir aos interesses do grande capital norte-americano. E o Brasil, com o campo de Libra do pré-sal, assinala uma nova geopolítica internacional, que trará um novo equilíbrio entre as nações. O Brasil constrói

seu próprio caminho de desenvolvimento com soberania.”

Por isso, srs. deputados e povo catarinense, temos muito a aplaudir, temos muito a festejar. O leilão de Libra foi um passo importante na direção de mais transformações em nosso país.

Sr. presidente, era isso o que eu tinha a relatar no horário destinado ao nosso partido, o Partido dos Trabalhadores.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0182/2013 e que a mesma terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

A comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0241/2013; 0471/2013; 0541/2013; 0615/2013 e 0679/2013, todos de entidades encaminhando documentação para manutenção de título de utilidade pública.

Esta Presidência comunica ainda que, conforme acordo com o deputado Mauro de Nadal, presidente da comissão de Constituição e Justiça, e após conversas com os deputados Manoel Mota, Aldo Schneider e Jailson Lima, estamos comunicando que na próxima terça-feira, na comissão de Constituição e Justiça, será feita a deliberação sobre a PEC do voto secreto e na quarta-feira a matéria será deliberada no plenário.

Portanto, terça-feira próxima, na comissão de Constituição e Justiça, e quarta-feira próxima, no plenário, vamos deliberar definitivamente sobre a questão, atendendo também à solicitação feita pelo deputado Jailson Lima e por outros parlamentares que integram esta Casa.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o sr. deputado Sandro Silva, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores

da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, público presente na sessão, primeiramente quero parabenizar o presidente desta Casa e a Mesa Diretora pela homenagem prestada aos constituintes estaduais catarinenses em belíssima sessão especial.

Madre Tereza de Calcutá falava que as pessoas têm mais fome de reconhecimento do que de pão. E foi o que pudemos ver ontem, quando 49 deputados constituintes estiveram aqui. Seus semblantes transmitiam a felicidade que sentiam pelo reencontro, pois conseguiram rememorar histórias daquele tempo que, com certeza, foi um marco na redemocratização do nosso país.

Quero dizer também que esta Casa encaminhou para a Celesc, através de uma indicação de minha autoria, solicitação para implantação, como já faz o estado de São Paulo e alguns outros estados, do programa Recicle Mais e Gaste Menos.

Esse programa diz respeito a uma campanha de reciclagem através do qual a Eletropaulo monta postos de coleta por todo o estado e as pessoas pegam materiais recicláveis, garrafas pet, latinhas de alumínio e levam-nos até esse posto de coleta. Lá elas pesam, há um valor já estipulado para cada material, e a partir do momento em que fazem essa pesagem ganham um bônus referente ao valor daquilo que entregaram. Eles vão juntando aqueles bônus e no final do mês estão com um determinado valor acumulado.

Numa reportagem a que assisti na televisão uma senhora de baixa renda conseguiu, através desse programa de reciclagem promovido pela Eletropaulo, zerar a sua conta de energia, conseguiu zerar a conta de energia da sua filha e conseguiu também zerar a conta de energia da sua irmã. Ela conseguiu isso apenas fazendo esse processo de levar até os postos de coleta materiais recicláveis. Em função disso, a conta dessa senhora, que chegava a R\$ 150,00, passou a ser zero.

Este programa de reciclagem também atinge entidades como hospitais e escolas, que fazem programas permanentes de reciclagem, o que

possibilita um abatimento na sua fatura de energia elétrica.

Sr. presidente, quero falar também que às vezes é necessário ao gestor público um tanto de sensibilidade. Falo isso porque estou há mais de um ano solicitando à Casan a transferência de um funcionário daquela empresa novamente para o município de Garuva. Ele mora em Joinville e trabalhava antes em Garuva e foi transferido para Acurra, a mais de 200km de sua casa.

Não estamos pedindo essa transferência por acaso. Ele é um pai de família, tem seis filhos, sendo um, de 22 anos, especial. A família já sofreu por causa de vários episódios de fuga desse jovem, e o pai já não sabe mais o que fazer. Esse garoto só respeita a presença do pai em casa; com a mãe ele acaba fugindo, ficando várias noites fora de casa, o que acarreta uma preocupação e um transtorno tremendo à família.

Então, se possível, gostaria de solicitar ao presidente da Casan que atendesse ao nosso pedido, como também pedimos aos gestores públicos sensibilidade com relação a esse pedido. Não é uma transferência por transferência, é uma transferência para que a família possa cuidar desse jovem especial, dar-lhe mais atenção.

A única solução que a família encontrou é a transferência desse funcionário da Casan, pai de família, para perto de sua casa, para poder estar presente e dar atenção ao seu filho especial e ao resto da família.

Era isso o que eu queria dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Sandro Silva.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, uso a tribuna neste horário para simplesmente trazer algumas informações que orgulham Santa Catarina. E com muito orgulho, como vice-presidente da Frencoop,

quero deixar registrada nesta Casa a evolução do cooperativismo em Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"O cooperativismo catarinense, estruturado no campo e na cidade, continua em ascensão. Em 2012, as 263 associadas da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina expandiram em 12,72% as receitas totais, que atingiram R\$ 17,337 bilhões. Foi o quarto ano consecutivo de crescimento, após a crise financeira internacional de 2008/2009 que atingiu todos os continentes.

O quadro social teve uma expansão de 16,29%, alcançando 1,464 milhão de pessoas. Consideradas as famílias cooperadas, isso significa que metade da população estadual está vinculada ao cooperativismo barriga-verde.

Ao apresentar esses números, o presidente da Ocesc, Marcos Antônio Zordan, destacou que em 2012 o setor voltou a investir na base produtiva, na diversificação de produtos e serviços e na qualificação de funcionários, dirigentes e associados.

O quadro geral do desempenho das cooperativas revela que, em 2012, o número total de empregados aumentou 11,72%, passando a 42.634 colaboradores. As cooperativas pagaram R\$ 1,030 bilhão em impostos (aumento de 25,91%) e fecharam o exercício com um patrimônio líquido 14,99% maior, ou seja, R\$ 5,534 bilhões.

As cooperativas dos ramos agropecuário, de saúde, de crédito, de consumo, de infraestrutura e de transporte registraram o movimento econômico mais expressivo.

As 54 cooperativas agropecuárias representam 65% do movimento econômico de todo o sistema cooperativista catarinense. No conjunto, essas cooperativas mantêm um quadro social de 65.883 cooperados e um quadro funcional de 27.370 empregados. O faturamento anual do ramo agropecuário totalizou R\$ 11,193 bilhões.

O ramo de saúde, com 31 cooperativas e 11.607 associados, faturou R\$ 2,334 bilhões. O ramo de crédito, formado por 71 cooperativas que reúnem

869.830 associados, teve movimento de R\$ 1,678 bilhão.

O ramo de transporte, formado por 25 cooperativas, teve R\$ 1,093 bilhão de movimento, beneficiando 13.565 cooperados. No ramo de infraestrutura atuam 33 cooperativas de eletrificação rural, com 283.883 associados. Em 2012, essas cooperativas faturaram R\$ 460,6 milhões.

As 11 sociedades cooperativas que atuam no ramo de consumo, com 207.510 associados, faturaram R\$ 538,7 milhões no ano passado.

O ramo de trabalho, produção, habitacional, mineração, educacional, mesmo com menor expressão econômica, são instrumentos para a promoção de renda às pessoas físicas, que organizadas na forma de cooperativas prestam serviços especializados aos mais diversos segmentos da sociedade. São 38 cooperativas, formadas por 12.150 cooperados que, em 2012, geraram R\$ 37,7 milhões em receitas.

O resumo das cooperativas em Santa Catarina é o seguinte:

✓ número de cooperativas em Santa Catarina: 263;

✓ número de associados (cooperados): 1.464.428;

✓ número de empregados diretos das cooperativas: 42.634;

✓ número de tributos pagos pelas cooperativas: R\$ 1.030.181.000,00;

✓ receitas totais anuais: R\$ 17.337.344.000,00;

✓ sobras do ano (lucro): R\$ 854.682.000,00;

✓ patrimônio líquido: R\$ 5.534.122.000,00;

✓ investimentos do SESCOOP/SC em formação de profissional de dirigentes, cooperados e colaboradores, programas educacionais, capacitações, treinamentos, monitoramento das cooperativas e outras ações: R\$ 12.860.140,00;

✓ número de pessoas treinadas pelo SESCOOP/SC em 2012: 97.492."

Srs. deputados, está acontecendo neste momento um evento fantástico, no qual estão reunidas 700

mulheres cooperadas ou que fazem parte de cooperativas, no Oceania Convention Center, nos Ingleses, onde passarão o dia de hoje e de amanhã recebendo treinamento e ouvindo palestras de motivação.

Trata-se do 11º Encontro das Mulheres Cooperativadas, do qual participam também alguns presidentes de cooperativas de todos os setores de produção e de serviços, prestando uma homenagem às participantes.

Uma coisa muito importante que observamos, sr. presidente e srs. deputados, é a pontualidade. As mulheres são pontuais. O início do evento foi marcado para as 8h. Pois exatamente no horário estavam todas acomodadas na plateia e dentro do prazo regimental foi dado início à solenidade às 8h15.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Muito obrigado, Reno Caramori.

Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, que bem mostra a força do cooperativismo e sua importância para a economia de Santa Catarina. O cooperativismo catarinense dá um bom exemplo para o Brasil e até para o mundo.

Hoje o cooperativismo se expandiu para a área de serviços, para a área financeira, e movimentou alguns bilhões de reais por ano em Santa Catarina. Assim, as nossas cooperativas merecem, obviamente, um olhar diferenciado na hora da implementação de políticas públicas, porque a verdadeira revolução social que está fazendo em Santa Catarina é o cooperativismo.

Quero ainda, deputado, referendar a importância do papel da mulher no cooperativismo. Esse encontro que está acontecendo em Florianópolis é fantástico, já que se destina a capacitar as mulheres, a prepará-las para ocupar o seu espaço no cooperativismo, que sempre foi importante.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Isso é importante porque o setor, há exatamente 25 anos, permitiu uma mudança no Regimento Interno da OCB para que a mulher pudesse também ser titular do cooperativismo e não simplesmente coadjuvante do marido. Hoje a mulher, a filha, o filho têm o direito de participar da cooperativa, seja como sócios, seja como titulares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, nossa equipe de jornalismo sempre atenta às informações da Assembleia Legislativa.

Ontem tivemos uma reunião com os secretários Nelson Serpa e Antônio Gavazzoni para tratar da questão da nomeação das moças aprovadas no concurso da Polícia Militar. Considerando a excepcionalidade do caso, a aprovação do número bem maior do que aquele previsto no edital do concurso, a não aprovação de candidatos do sexo masculino no número previsto, deputado Reno Caramori, o governador buscou um parecer da Procuradoria-Geral do Estado para que as 211 policiais aprovadas no concurso sejam convocadas, mesmo porque elas teriam precedência sobre as aprovadas em futuros concursos.

Então, o governador Raimundo Colombo, que tem uma preocupação muito grande com as questões referentes à Saúde, à Educação e à Segurança Pública, determinou estudos nesse sentido e ontem foi anunciada no gabinete do secretário Serpa a resposta positiva, o que é muito bom para Santa Catarina e para a Segurança Pública.

Conversava agora com o deputado Sargento Amauri Soares sobre a importância da participação da mulher na de Segurança Pública, desde a questão administrativa até as questões operacionais. Existem equipes de rua formadas por três e até cinco policiais. É importante que no mínimo uma ou

duas policiais participem dessas equipes, até porque nas questões de abordagem é necessária uma mulher, e normalmente há necessidade de alguma operação também tratar desses assuntos com mulheres. A legislação já determina que as buscas em mulheres sejam feitas por policiais mulheres.

Foi uma reunião muito positiva, muito importante. Ficamos contentes com a solução encontrada pelo governo para essa questão.

Também estive conversando com o secretário Antônio Gavazzoni e soube que já existe um processo de encaminhamento da questão de todos os setores da Segurança Pública do estado de Santa Catarina.

Preocupa-me muito a questão da Polícia Civil. Os delegados já receberam uma proposta, analisaram, fizeram assembleias e aceitaram. A mesma aceitação parece-me já ter ocorrido com os oficiais, com os cabos, soldados e sargentos da Polícia Militar e com o IGP, enfim, com todas as categorias da Segurança Pública. Contudo, ainda resta a questão dos policiais civis.

Infelizmente, parece-me que a possibilidade de negociação, pelo menos neste momento, está interrompida entre o Sindicato dos Policiais Civis e o governo do estado. Mas não podemos deixar essa categoria, que é a minha categoria, sem uma resposta e desamparada na questão salarial. Ou chegamos a um acordo na proposta do governo ou os policiais vão ficar com a reposição anual estabelecida pela lei. De qualquer forma, queremos a conciliação.

Ontem conversei com as pessoas do governo que estão trabalhando nessa questão, pois temos que encontrar uma saída. Todos os dias recebo telefonemas e e-mails de policiais pedindo que se encontre uma solução, até porque, deputado Reno Caramori, o ganho é razoável. Não é tudo aquilo que o policial quer, mas o governo do estado, pela projeção, pelo que foi apresentando aos policiais em fase de aposentadoria, aos aposentados e até aos novos, fez uma tabela segundo a qual o salário chega quase a dobrar.

Então, diante das dificuldades econômicas do país, diante da média salarial, mesmo sabendo da prioridade que os profissionais da Segurança Pública devem ter, entendemos que a proposta é boa.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Ouço o nobre deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Maurício Eskudlark v.exa. tem toda razão. É respeitável a sua experiência na área da segurança pública e realmente a tabela progressiva vai avançar muito no atual governo. A intenção é boa e a arrecadação está melhorando.

Mas quero fazer um pequeno parêntese e dizer que eu e o saudoso governador Vilson Kleinübing discutíamos muito a questão da segurança e, na época, eu lhe mostrei, em Caçador, um grupo de policiais e familiares e ressaltei a importância da participação da mulher na Polícia Militar.

Tinha que haver um percentual maior de mulheres dentro dos quadros da PM em Santa Catarina. Elas podem atuar nas mais diversas atividades, não só pegar bandidos, pois há outras tarefas dentro da Polícia que a mulher também pode desenvolver.

Por isso, parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sabemos do empenho de v.exa. nessas questões, deputado Reno Caramori.

Então, vejo que podemos avançar, esclarecer, verificar, apresentar e deixar a decisão aos policiais. Ninguém quer sobrepor-se ao Sinpol, mas queremos ajudar a encontrar um denominador comum, porque os policiais civis estão muito preocupados.

Para finalizar, quero registrar a presença dos alunos da Unoesc - Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina -, do *campus* de São Miguel d'Oeste, que hoje estiveram nesta Casa acompanhando o debate dos deputados. Eles até me perguntaram, em dado momento, por que havia tão poucos parlamentares em plenário, e eu lhes expliquei que os grandes embates ocorrem nas

comissões e que depois as matérias vêm para a Ordem do Dia, quando é imprescindível a presença de todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)

- Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para amanhã, às 19h, em homenagem ao Dia do Cirurgião-Dentista.

Está encerrada a sessão.